

BONIFÁCIO, José

*rev. 1930; const. 1946; dep. fed. MG 1946-1979.

José Bonifácio Lafayette de Andrada nasceu em Barbacena (MG) no dia 1º de maio de 1904, filho de José Bonifácio de Andrada e Silva e de Corina Lafayette de Andrada. Pertencia, pelo lado paterno, a uma das mais ilustres e tradicionais famílias de estadistas brasileiros, em que se destacaram, nos primeiros tempos do Brasil independente, seu bisavô Martim Francisco Ribeiro de Andrada e os irmãos deste, José Bonifácio de Andrada e Silva, conhecido como o Patriarca da Independência, e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva. Seu avô materno, o conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira, foi ministro da Justiça do gabinete do visconde de Sinimbu (João Lins Cansansão de Sinimbu), no Segundo Reinado.

Seu pai foi deputado federal por Minas Gerais de 1899 a 1930, embaixador do Brasil em Portugal de 1931 a 1933, na Argentina de 1933 a 1937 e no Vaticano em 1937. Seu tio Antônio Carlos Ribeiro de Andrada foi presidente de Minas Gerais entre 1926 e 1930. Seu irmão Antônio Carlos Lafayette de Andrada foi ministro do Supremo Tribunal Federal de 1945 a 1969; outro irmão, Martim Francisco Lafayette de Andrada, foi embaixador no Peru de 1968 a 1969.

Fez os estudos primários em sua cidade e o curso secundário nos colégios Santo Inácio, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e Anchieta, em Nova Friburgo (RJ). Bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro em 1927.

NA REVOLUÇÃO DE 1930 E NO PRIMEIRO GOVERNO VARGAS

Ainda em 1927 foi nomeado oficial de gabinete do secretário de Segurança Pública do governo de Minas Gerais, José Francisco Bias Fortes, também natural de Barbacena, de quem viria a ser depois concunhado e tradicional adversário, numa luta municipal e familiar que se tornou conhecida em todo o país. De 1929 a 1930 foi professor de história do Brasil no Ginásio Estadual de Barbacena. Nessa época, conforme revelou mais tarde, já estava conspirando para a Revolução de 1930 e “não ia muito dar aula, só uma vez ou outra”. Conspirava com oficiais de elite das forças armadas, entre os quais Eduardo Gomes. Em 3 de outubro de 1930 eclodiu a revolução. Seu pai, naquele momento líder da Aliança Liberal na Câmara dos Deputados, era um dos chefes civis do movimento, assim como seu

tio Antônio Carlos. José Bonifácio também se engajou, tornando-se assistente civil da 4ª Região Militar Revolucionária, cujo quartel-general, sob o comando do coronel Sousa Filho, foi instalado em Barbacena nos primeiros dias da insurreição. Como assistente civil, cabia-lhe obter armas e fornecer homens ao movimento. Nessa época fundou e publicou o *Jornal Revolucionário*, cujo primeiro número saiu em 5 de outubro de 1930. Era ele o diretor, editorialista e principal redator. A publicação teve vida efêmera, e em 29 de outubro, pouco depois da vitória do movimento, circulou pela última vez, pois, segundo seu fundador, nascera “exclusiva e unicamente para a Revolução, para a renovação de nossos costumes políticos, para batalhar pela felicidade do povo e salvação do Brasil”.

Após a posse de Getúlio Vargas na chefia do governo provisório em 3 de novembro de 1930, José Bonifácio foi nomeado prefeito de Barbacena, cargo que exerceu de 1931 a 1934. Em outubro desse ano elegeu-se, na legenda do Partido Republicano Mineiro (PRM), deputado à Assembleia Constituinte de Minas Gerais. Com a promulgação da nova Carta estadual em julho de 1935, passou a exercer o mandato ordinário, permanecendo na Assembleia até 10 de novembro de 1937, quando, com a instauração do Estado Novo, fecharam-se todos os órgãos legislativos do país. Com a perda do mandato de deputado estadual, passou a dedicar-se à advocacia. Contrário à ditadura de Getúlio Vargas, combateu-a através de sua profissão, defendendo a causa dos que eram perseguidos pelo regime. Nesse período restringiu sua atividade a Barbacena, onde recrudescera a rivalidade entre os Andradas e os Bias Fortes, estes últimos aliados de Vargas.

Em 24 de outubro de 1943, começou a circular em Minas Gerais um documento dirigido ao povo mineiro, mais tarde conhecido como *Manifesto dos mineiros*, que reivindicava a redemocratização do país. Foi a primeira manifestação ostensiva de oposição ao Estado Novo partida das lideranças políticas liberais e conservadoras. José Bonifácio foi um dos signatários do documento, ao lado de Pedro Aleixo, Virgílio de Melo Franco, Milton Campos, Afonso Arinos de Melo Franco, José de Magalhães Pinto e outros.

Em abril de 1945 participou da fundação da União Democrática Nacional (UDN), partido que nasceu da campanha pela redemocratização do país e que reunia as forças políticas contrárias ao presidente Getúlio Vargas. No decorrer de 1945 participou ativamente da campanha do brigadeiro Eduardo Gomes, lançado candidato à presidência da República pela UDN.

Em 2 de dezembro do mesmo ano, pouco depois da deposição de Vargas pelos chefes militares (29/10/1945), elegeu-se deputado por seu estado à Assembleia Nacional Constituinte na legenda da UDN. No mesmo pleito, o brigadeiro Eduardo Gomes foi derrotado pelo general Eurico Gaspar Dutra, candidato do Partido Social Democrático (PSD) e apoiado por Getúlio.

DOS ANOS 1940 AOS ANOS 1970

Empossado em fevereiro de 1946, José Bonifácio participou dos trabalhos constituintes e, após a promulgação da nova Carta em 18 de setembro de 1946, passou a exercer o mandato ordinário. Iniciou assim um longo período na Câmara dos Deputados, na qual permaneceria, reconduzido em sucessivas legislaturas, por 33 anos.

Encerrados o governo Dutra (1946-1951) e o segundo governo Vargas (1951-1954), e iniciado o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), em 1958 foi eleito primeiro-secretário da mesa da Câmara, posto em que permaneceria, graças a sucessivas reeleições, até 1965. Com a renúncia do presidente Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961, embora fosse contrário à linha política do vice-presidente João Goulart, foi favorável à sua posse. Logo depois, contudo, moveria intensa oposição a Goulart, acompanhando a posição de seu partido e contribuindo para as articulações que viriam a derrubar o presidente.

Após o movimento político-militar de março de 1964, que depôs João Goulart, diante da extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (AI-2), de 27 de outubro de 1965, e a posterior instauração do bipartidarismo, filiou-se ao partido do governo, a Aliança Renovadora Nacional (Arena). Em 1966 foi eleito segundo vice-presidente da Câmara. Com a renúncia do presidente da casa, deputado Adauto Lúcio Cardoso, em 17 de outubro do mesmo ano, passou a primeiro vice-presidente. A renúncia de Adauto se deveu à cassação, no dia 12, do mandato de seis deputados, imposta pelo presidente da República, marechal Humberto Castelo Branco. Adauto negou-se a reconhecer as medidas punitivas, o que deu origem ao fechamento do Congresso durante um mês, decretado no dia 20 de outubro desse ano, através do Ato Complementar nº 27. Entre os parlamentares que apoiavam a aceitação das cassações e eram contrários à decisão de Adauto Lúcio Cardoso, estava o deputado José Bonifácio.

Em fevereiro de 1967 foi reconduzido ao cargo de primeiro-vice-presidente da Câmara, e

um ano depois, em fevereiro de 1968, já no governo do general Artur da Costa e Silva, foi eleito presidente da casa. Em setembro de 1968, num período de acirramento de manifestações estudantis contrárias ao governo, o deputado Márcio Moreira Alves pronunciou em plenário um discurso considerado ofensivo às forças armadas, o que levou o governo a solicitar da Câmara licença para processá-lo. A recusa da Câmara fez com que o presidente Costa e Silva editasse, em 13 de dezembro desse ano, o AI-5 e o Ato Complementar nº 38, que decretou o recesso do Congresso por tempo indeterminado. Apesar dos apelos de seus companheiros, José Bonifácio recusou-se a tomar qualquer medida que pudesse parecer contestatória em relação ao governo. O recesso só seria suspenso em 22 de outubro de 1969, para que o Congresso pudesse referendar o nome do novo presidente da República, general Emílio Garrastazu Médici, escolhido pelo alto comando do Exército. Em 1970 José Bonifácio deixou a presidência da Câmara, que passou a ser exercida por Geraldo Freire. No ano seguinte foi eleito primeiro vice-presidente da comissão executiva nacional da Arena e presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

Em janeiro de 1975, já no governo do general Ernesto Geisel, foi eleito líder da Arena na Câmara. Em agosto de 1976, diante dos protestos do partido de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), contra a chamada Lei Falcão, que proibiu o livre pronunciamento dos candidatos através do rádio e da televisão durante a campanha para as eleições municipais daquele ano, e das denúncias de abuso de mordomias nos setores administrativos, considerou as notícias publicadas a respeito do assunto “contaminadas pelo germe do comunismo internacional”. Denunciou também a infiltração comunista nas multinacionais e nos quadros do MDB. Afirmou ainda que o ensino de moral e cívica deveria ser abolido, não apenas por ser irrelevante, mas também por se prestar à exploração dos comunistas.

Afastado durante dois meses das atividades parlamentares, devido a uma crise cardíaca, voltou à Câmara em 3 de novembro de 1976. No discurso que proferiu, defendeu a manutenção do regime político vigente e declarou que, em sua opinião, o sucessor do presidente Geisel deveria ser um militar, pois a situação do país não comportava um civil, que não teria a necessária energia para dirigi-lo. No dia 22 de novembro, o presidente Geisel confirmou-o por mais um período legislativo na liderança do governo.

Em 27 de abril de 1977, classificou de “arma comunista” a iniciativa de setores do MDB de empreender uma campanha em favor da Constituinte. Em manifestações na Câmara e em entrevistas à imprensa, declarou-se contrário a qualquer iniciativa que visasse a alterar a ordem de coisas vigente. Era sua preocupação constante combater, com toda a veemência possível, a inspiração “comunista” dessas manifestações, que não cansava de denunciar e repelir.

Em agosto de 1978, em carta a seus correligionários, informou que deixava de ser candidato à reeleição a fim de abrir vaga a políticos mais jovens. Em dezembro, através de seu vice-líder José Blota Júnior, despediu-se da liderança do governo e da militância política. Encerrou seu último mandato em janeiro de 1979 e ainda no mesmo ano, por indicação do governador de Minas Gerais Francelino Pereira, foi nomeado presidente do conselho de administração do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Permaneceu no cargo até 30 de março de 1983, 15 dias depois da posse de Tancredo Neves no governo do Estado, quando renunciou.

Faleceu em Belo Horizonte no dia 18 de fevereiro de 1986.

Era casado com Vera Raimunda Tamm de Andrada, com quem teve três filhos. Bonifácio José Tamm de Andrada (conhecido como Bonifácio de Andrada), advogado e professor de direito, foi deputado estadual (1959-1975) e deputado federal (1979-1991, 1995-2003 e 2007-), e José Bonifácio Tamm de Andrada (conhecido como José Bonifácio Filho), advogado, foi deputado estadual a partir de 1975.

Publicou vários artigos em jornais e revistas sobre direito, história e política. Colaborou na *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, da Universidade Federal de Minas Gerais, nas revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de que era sócio correspondente, e do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, e no boletim da Câmara dos Deputados.

FONTES: ANSELMO, O. *Revolução*; BEHAR, E. *Vultos*; *Boletim da Bib. Câm. Dep.* (1969-18); CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*. Repertórios (1963-1967, 1967-1971, 1971-1975, 1975-1979); CÂM. DEP. *Presidentes*; CÂM. DEP. *Relação dos dep.*; CÂM. DEP. *Relação nominal*; CISNEIROS, A. *Parlamentares*; *Congresso* (1948); *Correio Brasiliense* (1/12/75); COUTINHO, A. *Brasil*; *Diário do Congresso*

Nacional; *Encic. Mirador*; ENTREV. BIOG.; *Estado de S. Paulo* (3 e 16/10/1980, 13 e 14/12/1981, 19 e 20/2/1986); FRANCO, A. *Escalada*; *Folha de S. Paulo* (19 e 20/2/1986); *Globo* (23/10/1979, 19/2/1986); HIPÓLITO, L. *Manifesto*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; INST. HIST. GEOG. *Dic.*; *IstoÉ* (6/76); *Jornal da Tarde* (20/9/1976); *Jornal do Brasil* (14 e 26/1, 26/3, 8, 9, 14, 28/12/75, 24/6, 7, 11, 15, 17, 19, 22/8, 14/9, 4, 6, 12, 23/11/76 e 13/1, 2/1, 6, 8, 9, 25, 26, 28/2, 17, 22, 26/3, 5/6, 14, 19, 20, 23, 28/4, 20/5, 1/6, 12, 27, 29/7, 6, 9, 16, 26/8, 7, 14/9, 5, 14, 27/10, 2, 8, 11, 12/11, 12, 16 e 28/12/1977, 7, 9, 10, 17, 21, 30/3, 4, 14/5, 17/6, 1/9, 12/10, 5 e 11/12/1978, 28/1 e 24/4/1979, 31/ e 6/4/1983, 19 e 20/2/1986); LEITE, A. *Páginas*; MAGALHÃES, I. *Segundo*; *Manchete* (8/1977); NÉRI, S. 16; *Pasquim* (23 a 29/7/1976); REIS, A. *Bibliografia bras.*; *Rev. Arq. Públ. Mineiro* (12/1976); *Rev. Ciência Pol.* (1966); ROLIM, F. *Política*; SILVA, G. *Constituinte*; SILVA, H. 1964; *Veja* (25/8/1976, 20/4/1977, 26/2/1986); VIANA FILHO, L. *Governo*; *Who's who in Brazil*.